COMISSÃO PARA OS DIREITOS DO POVO MAUBERE *

INFORMAÇÃO

TIMOR-LESTE

PERIODICIDADE MENSAL | PREÇO AVULSO: 50$00 | ANO VII | Nº 64 MAIO 1991

De repente, em Abril ...

Nos meses de Março e Abril o problema de Timor-Leste conheceu novos impulsos, em parte derivados de uma maior atenção por parte da imprensa internacional - que não deixa de o apontar como um exemplo claro da dualidade de critérios na resolução de conflitos por parte da comunidade de Estados - em parte resultante de os órgãos de soberania portugueses terem chegado a um consenso quanto aos termos da deslocação de uma delegação parlamentar portuguesa àquele território.

UMA CRESCENTE ATENÇAO INTERNACIONAL

Em fins de Abril passado, o diário londrino **The Times** publicou um editorial sob o título «Até quando Timor continuará esquecido?», criticando vivamente as posições da Comunidade internacional perante o problema de Timor-Leste.

«Os dirigentes do Ocidente têm passado o tempo, desde a campanha do Koweit, insistindo que os pequenos países ficaram, depois disto, mais seguros contra as agressões. Será verdade?». Recordando que **«as Nações Unidas têm uma longa história de critérios desiguais na avaliação dos sofrimentos do mundo»**, o editorialista passa em revisão os trágicos acontecimentos que envolveram a anexação daquele território pelo exército indonésio, **«numa impiedosa guerra de opressão que se prolonga até hoje»**, em particular o comportamento das potências ocidentais, nomeadamente da Grã-Bretanha, que têm continuado a vender armas à Indonésia apesar do desrespeito do regime de Jacarta pelas resoluções aprovadas pela ONU. **«O acto de esta afronta ter já 16 anos não a torna menos afrontosa»**, pelo que **«sanções militares e económicas** [contra a Indonésia] **seriam perfeitamente apropriadas»**.

O editorial termina, concluindo que **«um referendo sob a supervisão das Nações Unidas, para permitir aos timorenses decidirem sobre o seu futuro é mais do que um direito; se a nova ordem mundial significa alguma coisa, então Timor-Leste devia voltar imediatamente à agenda das Nações Unidas»**.

No seguimento deste editorial, a TV britânica referiu-se por diversas vezes à questão, no que tem sido acompanhada por outros órgãos de informação, nomeadamente abordando aspectos relacionados com o frutuoso comércio de armas com a Indonésia, que há anos vem sendo denunciado por organizações dos direitos humanos.

Este editorial do **The Times** ocorre quatro meses depois de um outro credenciado órgão de informação, o **The New York Times**, ter igualmente chamado a atenção da Administração Bush e da opinião pública norte-americana para a situação que se continua a viver naquele território e da necessidade imperiosa de encontrar uma solução negociada para o conflito que respeite os direitos dos timorenses.

Têm-se assim multiplicado, nos últimos meses, os sinais de uma maior atenção da comunidade internacional perante o problema de Timor-Leste.

Sinal deste novo «estado de espírito» é igualmente o «Projecto de relatório sobre Timor-Leste», elaborado pelo senador francês Robert Pontillon e aprovado na Comissão dos Assuntos Políticos do Conselho da Europa, devendo agora ser apresentado para discussão e votação na respectiva Assembleia Parlamentar. Será a primeira vez que o caso de Timor será objecto de apreciação por parte desta Assembleia do Conselho da Europa.

O ante-projecto de resolução, depois de constatar que **«desde o início da anexação, as forças de ocupação indonésias têm-se defrontado violentamente com um movimento de resistência armada timorense»** e que **«este movimento sempre beneficiou do apoio da população (...) e muito particularmente, nestes últimos anos, do apoio dos jovens, (...) condena firmemente a anexação de Timor pela Indonésia, considerada como uma violação do direito internacional, particularmente do direito dos povos à autodeterminação e à independência (...).**

A Assembleia exorta o governo indonésio a:

a) cessar toda a violação das normas internacionais garantindo o respeito dos direitos do homem e o direito dos povos à autodeterminação e à independência; (...)

c) promover um cessar-fogo imediato com as forças de resistência timorenses, a proceder a uma retirada das suas forças armadas do território de Timor e a criar as condições políticas necessárias ao livre exercício da autodeterminação.

Finalmente, a Assembleia pede aos Estados membros do Conselho da Europa para:

a) se pronunciar por uma solução política negociada no seio das Nações Unidas com a participação de Portugal, da Indonésia e do povo timorense;

b) exortar os países que têm laços económicos com a Indonésia (particularmente o Japão, os Estados Unidos, a Alemanha, a Austrália) a fazer pressão sobre este país para que cesse toda a violação dos direitos humanos e toda a apropriação das riquezas e recursos naturais de Timor; (...)».

Para esta crescente atenção da comunidade internacional contribuíram, indirecta mas decisivamente, os acontecimentos

NESTE NÚMERO:

- **De repente, em Abril...**
- **Vaticano: a pastoral do compromisso**
- **CMI: um silêncio pouco «cristão»**

do Koweit e, no seu seguimento, o esmagamento da sublevação curda, com todo o seu cortejo de horrores perpetrados pela tropa do regime ditatorial de Bagdade. Eles são a demonstração da falta de empenhamento das grandes potências no estabelecimento de uma outra ordem internacional, que respeite efectivamente o direito das nações à existência, independentemente da sua dimensão ou riqueza, de já terem ou de ainda não terem o seu Estado constituído. Os «dois pesos e duas medidas» de que falava o editorial do **The Times** vai continuar a ser, ainda por muito tempo, a regra dominante. A atitude da Administração Bush de suspender, já neste mês de Maio, a ajuda à Jugoslávia alegando violações dos direitos humanos por parte das autoridades deste país, é bem demonstrativo desta hipocrisia pois se esta política fosse aplicada coerentemente, há muitos anos que teria sido suspensa a ajuda à Indonésia.

Tal não significa, porém, que não existam também sinais - se bem que muito ténues - de uma outra «disposição» por parte das grandes potências ocidentais perante o problema de Timor-Leste, e isto em consequência da situação social e política que se vive na Indonésia. A luta pela conquista de áreas de influência por parte dos novos blocos político-económicos em ascenção (EUA/Canadá, Comunidade Europeia e Japão mais os «quatro tigres» da Ásia) leva-as a olhar com desconfiança os Estados como a Indonésia, com ambições regionais e com regimes politicamente muito fechados, que tornam difícil o seu controlo por forças externas (e daí a imposição de formas de legitimação do poder do tipo ocidental).

FINALMENTE A VISITA?

Permanece ainda em aberto, ao fim de 4 anos - recorde-se que foi em 1987 que a história da visita de uma missão portuguesa a Timor-Leste começou a ser publicamente ventilada - a ida de uma delegação parlamentar portuguesa àquele território.

Foi também em Abril que esta questão recebeu um grande impulso, com o encontro entre dirigentes da delegação da Fretilin no exterior com a Comissão Eventual da AR para acompanhamento da situação em Timor-Leste, assim como o encontro de uma delegação dos Parlamentares por Timor-Leste (PET) com o Secretário-Geral das Nações Unidas, Pérez de Cuellar,

Qualquer desses dois encontros teve o condão de confrontar os deputados portugueses com as expectativas existentes quanto ao papel que deles se esperava para se sair do impasse em que se está e permitiu chegar a uma plataforma de entendimento entre os três órgãos de soberania nacionais quanto às condições mínimas a apresentar à parte indonésia para a realização desta visita.

Na altura em que escrevemos, esta está agora dependente das conversações a haver em Nova Iorque entre representantes de Lisboa e de Jacarta, sob a égide das Nações Unidas, mas não é difícil de adivinhar que a Indonésia tentará levantar obstáculos à sua concretização tentando fazer subir o «preço a pagar» por Portugal, sabendo de antemão que nem o nosso país nem o Secretário-Geral da ONU têm alternativas, já que deixaram que as conversações entre os dois Estados se esgotassem na deslocação dos parlamentares portugueses.

Daqui, mais uma vez, a importância de se questionar em que política se inscreve esta deslocação, quais os objectivos que persegue, o que se seguirá a ela.

Há que recordar que os deputados de S.Bento não são uns senhores independentes e neutros, que não se querem envolver no conflito e apenas lá vão para confirmar, ou desmentir, os «progressos» trazidos pelos ocupantes indonésios. Os parlamentares portugueses serão, naquele contexto, os representantes de uma parte interessada, a potência administrante, que se encontra empenhada em fazer respeitar os direitos dos povos, consignados internacionalmente na Carta das Nações Unidas.

Por outro lado, a tentativa de aproveitamento das próximas eleições gerais indonésias, em Abril de 1992, para, de alguma forma, servir como acto referendário legitimador da anexação, continua viva em algumas mentes (indonésias e portuguesas ...). Foi, aliás, a partir desta ideia mas para as eleições de 1987 que surgiu o «convite» do parlamento indonésio ao parlamento português para a visita a Timor-Leste. Ficamos a aguardar os resultados das conversações em Nova Iorque.

Não deixa de ser curioso, contudo, que num momento em que se fala de um acordo de cessar-fogo entre a Resistência armada e as FA indonésias como condição fundamental para a ida dos deputados portugueses ao território, o super-ministro da Defesa e Segurança, o alm. Sudomo, tenha declarado aos órgãos de informação do seu país - e reproduzida na **Far Eastern Economic Review** - que as acções militares em Timor-Leste iam ser suspensas, não só porque a guerrilha já não representava uma ameaça, como por **«falta de fundos»**. □

Vaticano: a pastoral do compromisso

A visita do Papa a Portugal era aguardada com alguma expectativa, particularmente entre a comunidade timorense radicada no nosso país, dadas as posições de ambiguidade que o Vaticano tem vindo a cultivar relativamente à questão de Timor-Leste. Bem presentes na nossa memória ainda estão as atitudes de convite à resignação, de aceitação beatífica da opressão, feitas por João Paulo II em Dili a que a juventude timorense tão dignamente respondeu.

Mas o Vaticano continua a apostar no compromisso com os «novos senhores» do território.

Na visita que o Papa fez a Portugal aconteceu o que os mais pessimistas teriam dificuldade em prever: no avião que trazia João Paulo II e os jornalistas da sua comitiva foi distribuído, pelos serviços do Vaticano, um documento - elaborado, segundo foi divulgado posteriormente, pela Rádio Vaticano - afirmando que Portugal tinha perdido Timor-Leste, **«que se torna a 27ª província da República da Indonésia (17 de Julho de 1976)»**.

Para além da visão do mundo subjacente a esta afirmação - a do mundo dividido entre os que «perdem» e os que «ganham» províncias - ela representa uma clara tomada de posição política a favor das teses indonésias com a agravante de ser falsa, pois a ONU tem-se recusado, até hoje, a reconhecer uma integração violenta, contrária à Carta das Nações Unidas.

O Papa reforçou aquela posição quando citou a Indonésia, mas não Timor-Leste, entre os territórios aos quais Portugal levou a «evangelização», palavras que feriram profundamente os timorenses. Mas o ambiente que João Paulo II veio encontrar nesta questão em Portugal não foi bem aquela que ele esperava. No próprio dia da chegada da comitiva papal, o **Diário de Notícias** publicava uma sondagem de opinião onde por uma clara maioria era expresso o desejo de ver o Papa abordar a situação em Timor-Leste e a mesma clara maioria pronunciava-se por que tal abordagem deveria fazer uma condenação explícita da violação dos direitos humanos naquele território.

Tal estado de espírito era também o de sectores da comunidade timorense que resolveram não esperar em silêncio pela

A VISITA DO PAPA VAI TRAZER-NOS DIAS DE BOA VONTADE
SIM, MAS PODÍAMOS TALVEZ APROVEITAR PARA FALAR A SUA SANTIDADE NO DRAMA DOS TIM...
"NÃO SÓ NOS DEVEM PERDOAR UMAS MULTAZITAS, COMO AINDA VAMOS TER MAIS UM FERIADO!
"HOMEM, NÃO DEITES TUDO A PERDER

Diário de Notícias, 2/5/91

bênção papal e tomaram a iniciativa de lhe «lembrar» os seus direitos e esperanças, no que contaram com a solidariedade de muitos jovens católicos portugueses. Primeiro no Estádio do Restelo, onde houve a missa campal, e depois junto da Embaixada do Vaticano, os timorenses retomaram o facho que os seus compatriotas haviam agitado em Dili em 12 de Outubro de 1989 mostrando que a chama continua bem viva e que não será a Santa Sé que a conseguirá apagar.

O eco que estas iniciativas tiveram junto da comunicação social portuguesa - não só imprensa e rádio mas também a TV - levaram João Paulo II a inflectir um pouco a sua posição pró-indonésia. No dia seguinte a estes acontecimentos respondeu a uma pergunta escrita de jornalistas da Rádio Renascença (e após insistência destes junto dos serviços de imprensa do Vaticano!), onde declarou que **«o problema político de Timor-Leste compete às Nações Unidas»** e que esperava que ele fosse **«resolvido de acordo com os princípios da justiça e os direitos humanos e nacionais»**.

É claro que a entrevista à RR foi para consumo interno português enquanto a homília pronunciada no Estádio do Restelo foi divulgada no mundo inteiro pelo **Osservatore Romano** e não deixará de ser utilizada pelo governo da Indonésia para proclamar que o Vaticano reconhece o carácter indonésio de Timor-Leste.

Quanto aos funcionários do Vaticano, ficaram a acreditar que tinham contentado toda a gente. Mas como diz o povo, **«quem joga com um pau de dois bicos, acaba sempre por espetar-se numa das pontas ...»**. □

Conselho Mundial das Igrejas: um silêncio pouco «cristão»

O Conselho Mundial das Igrejas (CMI) encerrou, em Camberra, Austrália, a 20 de Fevereiro, a sua 7ª Assembleia sem discutir nem tomar qualquer posição sobre o problema de Timor-Leste.

O silêncio do CMI nesta questão, após os seus enérgicos e louváveis protestos sobre a situação dos Aborígenes australianos, desiludiram os timorenses que esperavam que o drama da sua pátria tivesse um melhor tratamento que nas anteriores assembleias, uma vez que se poderiam fazer bastantes analogias entre Timor-Leste e a questão dominante da Assembleia: a crise do Golfo.

O CMI seguiu sempre uma linha muito pragmática sobre a questão de Timor-Leste, não muito afastada da do governo australiano. À semelhança de Camberra, foi, em 1975, obrigado moralmente a condenar a invasão indonésia que ocorria enquanto em Nairobi se realizava a 5ª Assembleia do CMI. Desde então teve como principal prioridade as boas relações com o influente Conselho Indonésio das Igrejas (PGI) e, apesar de bem informado sobre a magnitude das injustiças em Timor-Leste, optou por ficar inactivo.

Esta situação tem sido bastante embaraçosa para muitos representantes do CMI que, apesar de terem tentado, por várias vezes, colocar a questão de Timor-Leste, têm sido sempre postos «fora de jogo» pela Indonésia. Nesta última Assembleia repetiu-se esta encenação.

Antecedendo a Assembleia foi escolhida uma delegação do CMI, composta por quatro delegados, cuja missão era visitar Timor-Leste, a caminho de Camberra, a fim de tomarem conhecimento da situação no território e fazer um relatório para a Assembleia. Porém, só um delegado teve possibilidades de concretizar a tarefa. Dois deles não puderam ir derivado à crise do Golfo e o terceiro, um bispo português, considerado o delegado chave, foi-lhe negado pelo governo indonésio, duma forma muito diplomática, o visto. Informado que teria de o pedir em Madrid por Portugal não ter relações diplomáticas com a Indonésia, só na véspera da visita lhe foi dito que teria de obter o visto em Singapura, quando já era demasiado tarde para fazer os preparativos necessários.

Assim, aquela delegação, constituída por uma única pessoa, foi colocada (ou deixou-se colocar) numa situação de pouca credibilidade. Acompanhado por funcionários do governo e da igreja protestante indonésia, não teve oportunidade de compreender a realidade e saiu de Timor-Leste dizendo que tinha sido enganado pelos relatos da situação dados pela imprensa estrangeira. Enquanto o **Jakarta Post** escrevia que **«o CMI sauda o progresso em Timor-Leste»**, era o próprio governador nomeado pela Indonésia para Timor-Leste, Mário Carrascalão, que uma semana mais tarde dizia ao parlamento daquele país que a repressão estava a provocar um maior descontentamento, num território já bastante agitado!

A representação indonésia que assistiu à Assembleia do CMI e que incluía um pastor protestante de Timor-Leste, era enorme. Havia, de facto, mais delegados da Indonésia do que do resto da Ásia e Pacífico juntos. De acordo com observadores, funcionários da embaixada indonésia em Camberra trabalharam juntamente com eles e utilizaram a habitual prática intimidativa de fotografar os delegados que exprimiam preocupação quanto à situação em Timor-Leste. Esta táctica foi complementada por uma outra mais «cristã», envolvendo alguns membros do grupo PGI que abordavam os outros representantes das ilhas do Pacífico como «irmãos», avisando-os de que ao levantar a questão de Timor-Leste poderiam criar problemas ao PGI nas suas relações com o governo indonésio...

As tentativas feitas para mencionar, embora de passagem, Timor-Leste nos documentos da Assembleia foram goradas devido às objecções expressas pela representação indonésia. Um exemplo: num documento provisório, com o sugestivo título de «O espírito da verdade torna-nos livres», era feita referência às **«lutas pela auto-determinação no Camboja e em Timor-Leste»**. A Formosa substituiu Timor-Leste no texto final. Outro exemplo: o «Relatório da Comissão para questões públicas» declarava **«o seu apoio para uma maior autonomia e independência aos povos das ilhas do Pacífico que ainda estão sob dominação colonial»**. Quando as delegações destas ilhas procuraram incluir referências directas a Timor-Leste e à Papua Ocidental, a delegação indonésia objectou. Esta objecção foi aceite e no documento final não se fez referência a qualquer destes territórios.

Não pode ser negado que o papel da igreja indonésia torna complicado o trabalho do CMI. Mas também é verdade que, nesta ocasião, a chantagem política por ela feita venceu, o que compromete o papel de «consciência» de que o CMI se auto-proclama.

Director: António Pinto Pereira **Proprietário:** Comissão para os Direitos do Povo Maubere
Sede: R. Pinheiro Chagas, 77-2ºE-1000 Lisboa, Tel: 574718
Produção: João Escadinha **Impressão:** Grafis, Coop. de Artes Gráficas **Tiragem:** 1000 ex. **Assinatura anual:** 1.000$00
Registo DGCS nº 112094 Dep. Leg. nº 25317